

PARA AONDE IREMOS?*

Maria Angélica de OLIVEIRA**

Linha de Pesquisa: Produção do espaço urbano

Nível: Mestrado

Segundo Milton Santos (1996) o espaço é “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Esses elementos (objetos e ações) devem ser entendidos integradamente, considerando que estabelecem interações dinâmicas. Sendo assim, em cada período histórico, a Sociedade estabelece um tipo de relação com a Natureza, a partir dos diferentes sistemas técnicos que desenvolvem e utilizam. A partir da análise de Santos, constatamos então, a existência de três períodos técnicos: natural, técnico-científico e técnico-científico-informacional.

O período natural, ou “pré-técnico” era aquele em que a sociedade interagiu diretamente com a Natureza, sem a mediação de instrumentos técnicos desenvolvidos. O período técnico-científico foi marcado pela utilização dos sistemas técnicos desenvolvidos por meio da ciência, em que a sociedade passa agir sobre o meio utilizando instrumentos técnicos, verdadeiras “próteses”. Já o período atual, o técnico-científico-informacional tem como características, a grande importância que a informação adquiriu, a “unicidade técnica” e a utilização direta ou indireta dos sistemas técnico-científico-informacionais, em “todas” as dimensões da vida das pessoas.

Sendo assim, vemos que o tipo de interação que a Sociedade estabelece com a Natureza é mediada pela utilização dos sistemas técnicos. Junto à esse fato podemos acrescentar a proposta de Gonçalves (1989), que postula que toda a sociedade, em qualquer período histórico, produz a sua visão de natureza e essa visão influi diretamente na forma como ela vai agir sobre o meio. Portanto, os sistemas técnicos e a visão de Natureza da Sociedade é responsável pelo tipo de interação que estabelecemos com meio ambiente.

Partindo então, do princípio exposto por Carlos (1994), de que as cidades são socialmente produzidas, a proposta do presente texto é analisar, de maneira sucinta, a evolução da relação entre a Sociedade e a Natureza a partir da análise do processo de urbanização e do desenvolvimento dos sistemas técnicos, constatando por fim, os impactos ambientais causados pela Sociedade.

Segundo Sposito, os primeiros aglomerados humanos surgiram no Neolítico, a partir do início da “domesticação” de plantas e de animais, que possibilitam a sedentarização do homem, que tinha que permanecer numa determinada área para acompanhar o ciclo produtivo dos vegetais e dos animais.

Singer aponta que uma das condições da transformação das aldeias Neolíticas em cidades foi o desenvolvimento de um novo tipo de relação social, baseado na dominação, com a criação de uma sociedade de classes. Essa condição foi necessária porque criou mecanismos de transferência do excedente agrícola produzido para os não produtores.

Assim, a partir da complexificação das relações sociais e do desenvolvimento das técnicas de agricultura e pastoreio, possibilitando a produção e a transferência de excedentes alimentares, surgiram as primeiras cidades. Mumford destaca que as primeiras cidades “apareceram” nas margens de rios como o Tigre-Eufrates, Nilo e Indo, devido à necessidade de aproveitamento das planícies inundáveis, que geravam solos férteis, para a produção dos alimentos. Mumford aponta também, que a transformação das aldeias neolíticas em cidades possibilitou a aglomeração de uma quantidade maior de pessoas, fato que propiciou um aumento de “poder de dominação” dos homens sobre a natureza, visto que uma força humana maior começou a ser mobilizada para a construção de dutos, canais de irrigação, pequenas barragens, etc., que não poderiam ser construídas em pequenas aldeias.

Com base no exposto acima, constatamos que a história das primeiras cidades marca o processo de dominação da Natureza pela Sociedade, com o início do desenvolvimento de algumas técnicas que passaram a mediar a forma pela qual o homem interagiu com seu meio. Assim, observamos que nas

* Texto elaborado na prova de seleção para o curso de Pós-Graduação, Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Presidente Prudente-SP em julho de 2006.

** Mestranda no curso de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Presidente Prudente-SP. E-mail: angelicoliveira@yahoo.com.br. Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Sposito.

aldeias neolíticas as interações que os homens estabeleciam com a Natureza eram mais diretas, passando a ser realizadas a partir de certas técnicas, dando início a um processo de dominação que passará a gerar impactos negativos no meio ambiente.

É nesse processo que conforme Gonçalves (1989) a sociedade passa a contrapor ao conceito de Natureza o conceito de cultura, preconizando um ideal de que a Natureza era externa ao homem e assim era passível de dominação. O pensamento filosófico ajudou a desenvolver esse ideal e é com Descartes que essa cisão entre Sociedade e Natureza é maximizada. O pensamento cartesiano destacava que o homem era um ser dotado de “racionalidade”, separado da Natureza, que passou a ser vista meramente como recurso, tendo que ser dominada, visto que segundo suas idéias, a Sociedade seria mais desenvolvida conforme sua capacidade de dominar a natureza.

Sendo assim, com a Revolução Industrial essa cisão entre a Sociedade e a Natureza é levada ao extremo, visto que a busca pelo lucro faz com que o homem desenvolva técnicas mais eficazes para dominar a Natureza, sem levar em consideração os problemas ambientais advindos desse processo. Com a industrialização o processo de urbanização ganha um grande impulso, sendo que as cidades passam a ser vistas como sinônimo de desenvolvimento, modernidade, em detrimento da natureza (ligada ao mundo rural) que passa a ser vista como atrasada, rústica.

A sociedade, encarando a natureza como recurso, passa a se apropriar cada vez mais, de maneira descontrolada, das “matérias-primas”, não se preocupando com a disposição final dos dejetos, gerando um processo crescente de degradação ambiental. A paisagem urbana passa a ficar cada vez mais degradada, cinza. O ideal de natureza que passa a se difundir é o da natureza artificializada, racionalizada, encarada como mero arranjo paisagístico, assim os elementos “naturais” passam a fazer parte da paisagem urbana como meros “simulacros”, ou como aponta Lefebvre (1969) como uma “segunda-natureza”.

Le Corbusier (1922) em sua Carta de Atenas, difunde o ideal de cidade-máquina onde os espaços funcionam como engrenagens, sendo a “natureza” contemplada apenas nos interstícios, sob uma forma racionalizada.

Em contraposição a esse fato, temos já no século XIX, algumas tentativas de reaproximar o homem da “natureza-natural”. É o caso das proposições de Ebenezer Howard, com seu ideal de cidade-jardim, em que os núcleos urbanos deveriam ser pequenos e cercados pela “natureza” abundante. Essas cidades-jardins eram tidas como espaços em que as classes mais abastadas poderiam habitar com uma maior qualidade de vida.

Vemos assim, nessa iniciativa uma valorização do bucolismo como sinônimo de qualidade de vida e status, mostrando o movimento contraditório da dicotomia entre Sociedade e Natureza.

O que prevalece, no entanto, é o ideal de cidade moderna, feita de concreto, e a visão de que a natureza constituía-se como um mero recurso a ser explorado em nome da obtenção da mais valia.

Nas cidades contemporâneas vemos que esse ideal de separação entre Sociedade e Natureza ainda prevalece, quando observamos as freqüentes retificações e canalizações dos cursos dos rios, a disposição de esgotos e dejetos industriais, sem prévio tratamento, nos cursos d’água, as altas taxas de impermeabilização do solo. Todos esses fatores, entre outros, estão contribuindo para que a degradação ambiental se intensifique, chegando quase à situações extremas.

Observamos também, que como aponta Baudrillard, nossa sociedade é baseado no consumo, fato que faz com que sejam criadas sempre novas “necessidades” e produtos que possam ser consumidos. Dentro dessas perspectivas, o capitalismo se apropria dessa cisão histórica entre a Sociedade e a Natureza e transforma o ideal de um retorno à natureza em uma mercadoria (a mercadoria verde) que passa a ser vendida. Os espaços que ainda possuem algumas amenidades paisagísticas são apropriados pelos capitalistas que propagam o ideal de contato com a “Natureza” como símbolo de qualidade de vida e status, como nas cidades-jardins do século XIX.

Nessa lógica, temos o ecoturismo e os condomínios fechados que inserem os espaços “naturais” no circuito da trocas, trazendo consigo o germe de sua própria destruição, visto que na maior parte das vezes, o consumo do espaço é feito de forma descontrolada e sem práticas preservacionistas.

Portanto, constatamos que a história das cidades nos ajuda a pensar em como foi se desenvolvendo a relação entre a Sociedade e a Natureza, até chegar aos dias atuais, em que o desenvolvimento das técnicas de informação faz com que possamos vislumbrar de uma maneira geral, como estão se dando os processos de degradação ambiental no mundo.

Essa observação dos problemas ambientais do mundo faz com que surjam os movimentos ambientalistas e grandes conferências mundiais como o Clube de Roma, Conferência de Estocolmo, Rio 92, entre outras, onde se discute os rumos das práticas preservacionistas, como o intuito de barrar a degradação ambiental.

O que vemos, no entanto, é que o surgimento dos movimentos ambientalistas e o aumento do número deles, não geram, necessariamente, uma tomada de consciência por parte da Sociedade da crescente necessidade de preservarmos o meio ambiente em que vivemos.

Um caso emblemático desse fato é o protocolo de Kyoto, que foi feito para tentar diminuir a emissão de dióxido de carbono no mundo. Apenas alguns países aderiram a esse protocolo, sendo que os países que mais poluem, como os Estados Unidos, não concordam com o projeto, visto que isso afetaria diretamente seu modelo de desenvolvimento econômico.

Portanto, como já dissemos, a forma como a Sociedade interage com a Natureza e assim produz o espaço geográfico é fruto de sua visão de mundo e conseqüentemente de sua concepção de Natureza, sendo que enquanto ela for encarada apenas como recurso e exterior ao homem, não se poderá pensar em práticas conservacionistas eficientes, ou seja, a preservação ambiental tem que passar por uma mudança de consciência, de passarmos a enxergar que dependemos da Natureza para viver. Se essa nova concepção de Sociedade integrada à Natureza, não for implantada, só nos restará a pergunta: Para onde iremos?